

O que o governo prepara para dia 30

As medidas que o CMN baixará vão reduzir os subsídios, cortar o crédito e talvez taxar mais os bancos. E haverá até um pacotinho para as estatais.

O governo reforçará sua política econômica na próxima reunião do Conselho Monetário Nacional, prevista para o dia 30, devendo adotar medidas adicionais de combate à inflação e ao déficit do setor público, para acelerar o ajuste interno. Um técnico qualificado do Ministério da Fazenda assegura que, entre as medidas em estudo, a principal relaciona-se com a redução dos subsídios, para possibilitar uma economia de pelo menos Cr\$ 1 trilhão ao Tesouro Nacional até julho de 1984.

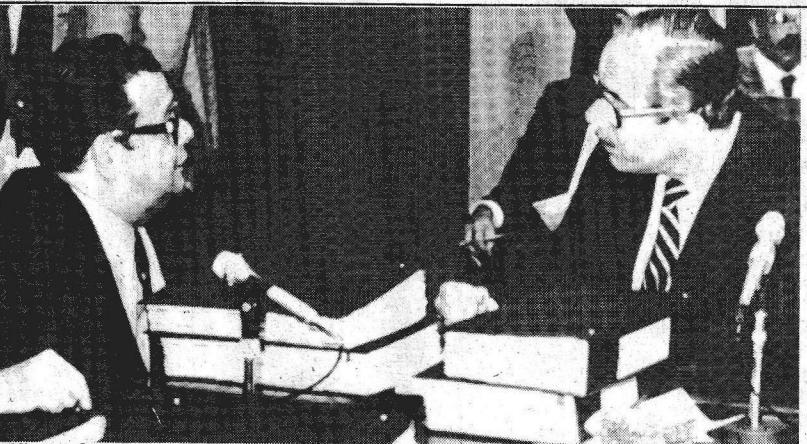
Mas outra medida de grande impacto será mais arrocho nos gastos públicos, afirma esse técnico, destacando que deverá ser imposta uma "espécie de pacotinho", com mais restrições às empresas estatais, tornando praticamente impossível a contratação de funcionários até o começo de 1985.

O problema, reconhecido pelos tecnocratas do governo, é que a redução progressiva dos subsídios ao crédito rural, financiamento às exportações e ao petróleo e trigo

provoca mais inflação. E o arrocho nos gastos públicos aprofunda a recessão. A única esperança, conforme um graduado assessor do ministro Ernane Galvães, da Fazenda, é que a inflação realmente decline a partir deste mês, porque, do contrário, o agravamento da situação social poderá ser fatal para a equipe econômica.

O Ministério da Fazenda deverá manter, em 1984, a cobrança antecipada do Imposto de Renda das instituições financeiras. O ministro Ernane Galvães considera que "ainda há uma gordurinha" a ser cortada nos bancos. Mas outras medidas tributárias, para toda a sociedade, estão descartadas, assegurou recentemente o chefe de gabinete de Galvães, José Antônio Berardinelli.

No adendo à terceira carta de intenções ao FMI, o Brasil prometeu impor mais cortes nos gastos públicos em 1984. Cálculos preliminares da área econômica indicam que os dispêndios globais das estatais subirão bem menos do que a



Delfim e Galvães: novas medidas para 84.

inflação. Este ano, esses gastos somarão Cr\$ 26 trilhões, devendo pular para Cr\$ 48 trilhões em 1984, aumentando nominalmente 84,6% contra uma inflação média prevista de 92%. Ocorre que os ministros econômicos já deram a entender que os dispêndios poderão ser ainda menores.

O fato é que o governo sente a necessidade de impor novas medidas de reforço à sua política econômica, para tentar assegurar a programação com o FMI e os bancos credores. Mas, mesmo entre os técnicos da Fazenda e Sepplan, o pessimismo se reflete nas análises sobre a perspectiva da economia brasileira para 1984.

Para o comércio, a previsão, nada difícil de ser feita, é de que o setor não terá nenhuma esperança de recuperação, por causa da inflação e do desemprego. A indústria também terá tempos negros: afinal, a deliberada política recessiva adotada pelo governo bloqueia a atividade produtiva.

Arrocho de crédito

Assessores econômicos da Fa-

zenda reconhecem que a política monetária continuará sendo utilizada como fator de restrição ao desempenho da economia, pelo menos no começo de 1984, porque — acreditam eles — com a inflação caindo, tudo melhorará. Mas o assessor econômico de Galvães, Elídio Fernandes Ferreira, salienta que o arrocho de crédito não está nem deverá ficar tão violento no próximo ano, argumentando que um indicador disso é que quase não recebeu telegramas de entidades de classe contra as medidas até aqui adotadas.

O ministro Ernane Galvães, por sua vez, tem sido enfático na defesa de todo o programa econômico, salientando que o governo não está adotando política recessiva, e sim medidas rigorosas de combate à inflação. Se a recessão existe e se aprofunda, no entender de Galvães, é por causa da inflação. Assim, ela deve ser reduzida para assegurar aos empresários condições de planejarem com um mínimo de segurança.

Esperando os dólares

Ainda esta semana, técnicos do Banco Central estarão em Nova York para discutir com os bancos integrantes do Comitê de Coordenação da Fase 2 da Renegociação da Dívida Externa Brasileira o esquema para o desembolso das parcelas retidas do empréstimo jumbo de fevereiro e o preparo da documentação para a assinatura do contrato do novo empréstimo de US\$ 6,5 bilhões.

Se tudo sair de acordo com a previsão do Banco Central neste final de ano o Brasil registrará o ingresso de US\$ 1,64 bilhão dos bancos privados e mais US\$ 1,19 bilhão do Fundo Monetário Internacional. O governo brasileiro já tem o compromisso de utilizar a maior parte destes recursos para pagar US\$ 1,09 bilhão ao Banco de Compensações Internacionais (BIS) e liquidar US\$ 1,2 bilhão de empréstimos-ponte junto aos bancos privados. Os recursos restantes servirão para o País saldar dívidas comerciais e financeiras em atraso.

Fontes do Banco Central explicam que, esta semana, o Brasil terá garantidas as condições para colocar o seu caixa em dia e a tranquilidade para fechar as contas externas deste ano, após a aprovação do seu programa de ajuste pelo board do FMI e a resposta positiva do Clube de Paris para reescalonar os seus débitos junto a organismos oficiais.

Com os bancos privados, essas fontes afirmam que não há mais problema. Todos os grandes credores aderiram ao esquema de renegociação, encaminhado pelo presidente do Comitê de Assessoramento, William Rhodes, vice-presidente do Citibank, o que reforça a tese do Banco Central, de que, até a reunião de amanhã, do board do FMI, o Brasil poderá apresentar o comprometimento dos bancos internacionais com o total de US\$ 6,5 bilhões de recursos novos que precisa para fechar o balanço de pagamentos deste ano e do próximo.